

Pobreza e exclusão social no Brasil

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 10.9.2005

No dia 07 de setembro foi divulgado o Relatório Anual do Índice de Desenvolvimento Humano - I DH. Nele, o Brasil ocupa a 63^a posição entre 177 países. Em que consiste o IDH?

O IDH foi criado pela ONU, através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Ele mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação, renda (PIB per capita) e expectativa de vida (esperança de vida ao nascer). Esse índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,49 são considerados como de baixo desenvolvimento; os com índices de 0,50 a 0,70 são considerados como de médio desenvolvimento; e os acima de 0,80 são os de alto desenvolvimento humano. No último relatório o IDH médio do Brasil foi de 0,766.

No entanto, em que pese sua importância – a ponto do relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Paulo Bernardo (PT-PR) incluir no relatório final o IDH como indicador de prioridade para ações sociais e programas com recurso do orçamento da União – o IDH tem merecido justificadas restrições e as principais são as de que não incorpora outras dimensões para medir o desenvolvimento.

Nesse sentido, uma equipe de professores da Unicamp, USP e PUC-SP, sob a coordenação de Márcio Pochmann criou, em 2002, o Índice de Exclusão Social (IES) com o objetivo de possibilitar o (re)conhecimento das desigualdades sociais existentes nas diferentes regiões do país e “apoiar a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão social”.

O IES é o mais recente de muitos indicadores que se propõem a medir o grau de desenvolvimento humano. Em relação ao IDH, ele é mais amplo porque tem outros indicadores e amplia o conceito de qualidade de vida, incluindo uma maior variedade de dimensões da vida econômica e social, como a

porcentagem de chefes de famílias pobres nos municípios, a taxa de emprego formal na população economicamente ativa, desigualdade de renda, taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos, porcentagem de jovens na população e número de homicídios por 100 mil habitantes (dados sobre violência).

Em 2003 foi divulgado o primeiro Relatório, a partir do Censo de 2000 do IBGE e constatou-se que, dos 5.507 municípios, 2.290 (42% do total) apresentam um alto índice de exclusão social (desses, 72% são do nordeste) e apenas 200 (3,6% do total) apresentam um padrão considerado adequado.

Os dados desse relatório (publicados no livro *Atlas da Exclusão Social no Brasil* – (Cortez Editora, 2003), mostram que há, no Brasil, a consolidação histórica da exclusão social, haja vista que nada menos do que 86% dos municípios que apresentam altos índices de exclusão social estão nas regiões norte e nordeste.

O Rio Grande do Norte é o único estado do Nordeste que não tem cidades incluídas nas 100 que apresentam os piores índices. Dessas, 75 são do Nordeste (o Maranhão tem 35, Alagoas 15, Piauí 11, Pernambuco cinco, Bahia quatro, Ceará e Sergipe duas e Paraíba uma. Das demais, 23 são da região norte e apenas duas no sudeste: as cidades de São José das Missões e Verdilândia, ambas em Minas Gerais). No entanto, 142 dos 168 municípios do RN estão incluídos entre as cidades que apresentam alto índice de exclusão social. A Bahia é o Estado com maior número de municípios: 369, seguido do Piauí com 213, Maranhão com 212, e Pernambuco com 168.

O que esses dados revelam é que continuamos com parcelas significativas do povo brasileiro, que nunca tiveram acesso à inclusão social. A política social brasileira tem sido ao longo do tempo meramente clientelista (o Programa Fome Zero é apenas mais um) e não rompe com a exclusão social. O que temos historicamente é a produção e reprodução da exclusão e, infelizmente, nada indica que isso mudará: no atual governo, que tantas e justificadas expectativas gerou, o que se tem é uma política social subordinada à política

econômica, com todas as suas conseqüências. Ainda estamos longe, muito longe de uma sociedade menos desigual.

Não é possível enfrentar a problemática da exclusão social em toda sua complexidade sem reformas profundas, sem romper com o modelo econômico neoliberal – “herança maldita” do governo anterior do qual o de Lula tem sido mera continuidade – que gera e profunde as desigualdades.

O que temos no Brasil é, no dizer de Marcio Pochmann, “algumas ilhas de inclusão em meio a um mar bravio de exclusão social”.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br